

**ANEXO V – EDITAL 01/2017**  
**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS DO CISRU**  
**CENTRO SUL**

**NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO**

**CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS AUXILIAR DE FARMÁCIA, CONDUTOR**  
**SOCORRISTA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

- ❖ Compreensão e interpretação de textos.
- ❖ Gêneros e tipos de texto.
- ❖ Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais.
- ❖ Coesão e coerência textual.
- ❖ Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras.
- ❖ Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e nominal.
- ❖ Crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Variação linguística.

**REFERÊNCIAS**

1. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editora, 2004.
4. FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
5. FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
6. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
7. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
8. NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
9. SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
10. SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

## **INFORMÁTICA**

- ❖ Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7.

## **REFERÊNCIAS**

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
4. Ajuda online do Microsoft Word 2010.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.

## **REFERÊNCIAS**

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
3. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.
4. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS AUXILIAR DE FARMÁCIA, CONDUTOR SOCORRISTA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

## **NORMAS DO SAMU**

- ❖ Portaria nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.

## **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em:

- <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
- BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\\_21\\_05\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
  - MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

## **SAÚDE PÚBLICA**

- ❖ Princípios fundamentais, Diretrizes.
- ❖ Política de Humanização do SUS.
- ❖ Sistemas de informação em saúde.
- ❖ Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

## **REFERÊNCIAS**

- BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus\\_4ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- MINAS GERAIS. Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias\\_e\\_eventos/000\\_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

## **FUNÇÃO - AUXILIAR DE FARMÁCIA**

- ❖ Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde.
- ❖ Gestão de estoque.
- ❖ Parâmetros de identificação dos medicamentos para o controle de estoque.
- ❖ Armazenamento de medicamentos e correlatos - exigências legais, normas técnicas e funcionais.
- ❖ Sistemas de dispensação de medicamentos.
- ❖ Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
- ❖ Erros de Medicação.
- ❖ Medicamentos potencialmente perigosos.

## REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-63-de-25-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
3. GOMES M. J. V. M.; REIS A. M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. Editora Atheneu, 2006.
4. KATZUNG, B. G.; TREVOR, A. J. Farmacologia básica e clínica. 12. ed. McGraw-Hill, 2017.
5. SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica, 2013.

## **FUNÇÃO - CONDUTOR SOCORRISTA**

- ❖ Legislação de Trânsito
- ❖ Direção Defensiva
- ❖ Sinalização de Trânsito
- ❖ Regras de Circulação e Conduta em veículos
- ❖ Mecânica e manutenção preventiva de veículos
- ❖ Procedimentos de atendimento de vítimas em pista de rolamento
- ❖ Movimentação de vítimas.
- ❖ Primeiros Socorros.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. Brasília: DENATRAN, 2005. Disponível em: <[http://www.vias-seguras.com/documentacao/arquivos/denatran\\_manual\\_de\\_direcao\\_defensiva\\_maio\\_2005](http://www.vias-seguras.com/documentacao/arquivos/denatran_manual_de_direcao_defensiva_maio_2005)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. Manual de Sinalização do DENATRAN. Volumes I, II, III, IV, V, VI (2007). Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, de Sinalização e da Via. Gestão 2004/2005.
4. INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES I. P. – IMTT. Manual de Situações de Emergência e Primeiros Socorros. Lisboa: IMTT, 2010. Disponível em: <[http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/TransportesRodoviarios/Documents/Manuais%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Inicial%20Motoristas/Manual\\_Emergencia\\_Primeiros\\_Socorros\\_FIC.pdf](http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/TransportesRodoviarios/Documents/Manuais%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Inicial%20Motoristas/Manual_Emergencia_Primeiros_Socorros_FIC.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. KITT ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU; Ética e Humanização no Atendimento Pré-Hospitalar; Avaliação de cena e abordagem da vítima. In: Curso de atendimento em emergência pré-hospitalar móvel. 2010. p. 10-18; p. 35-47; p. 71-87. Apostila de Primeiros Socorros. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/criisdiiis/apostila-de-primeiros-socorros>>. Acesso em: 29 maio 2017.

6. NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIAS – NEU. Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal. Curso de Urgências e Emergências. Brasília: NEU, 2012. Disponível em: <[http://samu192df.com.br/samu/editais/apostila\\_samu\\_CONDUTOR.pdf](http://samu192df.com.br/samu/editais/apostila_samu_CONDUTOR.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

### **FUNÇÃO - TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

- ❖ Avaliação e atendimento de vítimas em situação de urgência/emergência clínica ou traumática e psiquiátrica.
- ❖ Fundamentação básica de enfermagem: prevenção e controle de infecções, sinais vitais, administração de medicamentos, curativos, técnicas de imobilização e enfaixamento de extremidades, técnicas de esterilização. Conhecimento de ética e legislação profissional.
- ❖ Assistência à saúde da mulher e criança.
- ❖ Enfermagem em saúde pública.
- ❖ Enfermagem médico-cirúrgica.
- ❖ Assistência de enfermagem ao adulto e ao idoso.
- ❖ Sistema Único de Saúde.
- ❖ Legislação do SUS - Sistema Único de Saúde.
- ❖ PHTLS básico.
- ❖ Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- ❖ Protocolo de Suporte Básico de Vida (SBV) 2016.

### **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jun. 1986.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. BRASIL. Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
4. BRASIL. Minas Gerais. Legislação Estadual. Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária, e dá outras providências. Texto atualizado. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Lei\\_11802.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Lei_11802.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
6. BRASIL. Política Nacional de Humanização. Brasília: DF. 2013. Disponível em: <[http://bvsmg.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_humanizacao\\_pnh\\_folheto.pdf](http://bvsmg.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
7. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. Resolução nº 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao\\_311\\_anexo.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017.



8. GUIDELINES 2015. *American Hearth Association*. CPR e ECC. Disponível em: <<https://ecguidelines.hearth.org>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
9. MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP. Guia curricular: módulo III: participando do cuidado de enfermagem a partir do processo saúde doença, atuando na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico. Unidade 3: cuidados de enfermagem na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico em situações de urgência e emergência. Guia do docente. Belo Horizonte: ESP-MG, 2012. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/site-guia-de-enfermagem-Unidade-III-docente.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
10. MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP. Guia curricular: módulo III: participando do cuidado de enfermagem a partir do processo saúde doença, atuando na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico. Unidade 3: cuidados de enfermagem na recuperação da saúde do indivíduo grave/crítico em situações de urgência e emergência. Guia do aluno. Belo Horizonte: ESP-MG, 2012. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/site-guia-de-enfermagem-Unidade-III-aluno.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
11. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolos de Suporte Básico de Vida. Serviço de Atendimento Móvel de urgência – SAMU. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/26/livro-basico-2016.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
12. MUSSI, N.M. *et al.* Técnicas Fundamentais de Enfermagem. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ateneu, 1996.
13. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado / Comitê do PHTLS da *National Association of Emergency Medical Technicians* (NAEMT) em colaboração com o colégio americano de Cirurgiões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

**CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA E OPERADOR DE FROTA**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

- ❖ Compreensão e interpretação de textos.
- ❖ Gêneros e tipos de texto.
- ❖ Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais.
- ❖ Coesão e coerência textual.
- ❖ Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras.
- ❖ Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e nominal.
- ❖ Crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Variação linguística.

## **REFERÊNCIAS**

1. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
4. FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
5. FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
6. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
7. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
8. NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
9. SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
10. SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

## **NORMAS DO SAMU**

- ❖ Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.

## **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\\_21\\_05\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

## **SAÚDE PÚBLICA**

- ❖ Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios fundamentais, Diretrizes.
- ❖ Política de Humanização do SUS.
- ❖ Organização da Urgência e emergência.
- ❖ Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
3. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
4. BRASIL. Minas Gerais. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/portaria\\_2048\\_B.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/portaria_2048_B.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus\\_4ed.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
6. MINAS GERAIS. Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias\\_e\\_eventos/000\\_2016/Livro%20Plano%20Direto r%20de%20Regionalizao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2016/Livro%20Plano%20Direto r%20de%20Regionalizao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA E OPERADOR DE FROTA**

### **INFORMÁTICA**

- ❖ Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias.
- ❖ Ferramentas e aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

### **REFERÊNCIAS**

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
6. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
7. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
8. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.



## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.

## **REFERÊNCIAS**

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática, 2011.
2. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
3. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.
4. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.

## **FUNÇÃO - AUXILIAR DE REGULACÃO MÉDICA**

- ❖ Comunicação e relações interpessoais
- ❖ Psicologia das urgências e emergências
- ❖ Psicologia e emoções
- ❖ Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo.
- ❖ Trabalho em equipe
- ❖ Processo Grupais

## **REFERÊNCIAS**

1. GIGLIO-JACQUEMOT, A. Urgências e Emergências em saúde: perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
2. FRANÇA, A. C. L. Stress e Trabalho: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 2005.
3. MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2000.
4. RODRIGUES, A. A Psicologia social para principiantes: estudo da interação humana. Petrópolis: Vozes, 2011.
5. CAMARGO, J. A. de; MAGALHÃES, N. Não é coisa da sua cabeça: o que você precisa saber sobre ansiedade, depressão e outros. Brasil: Editora Gutenberg, 2012.

## **FUNÇÃO - OPERADOR DE FROTA**

- ❖ Política Nacional de Atenção às Urgência.
- ❖ A rede de atenção às urgências em Minas Gerais.
- ❖ Meios de transmissão e utilização do sistema de radiocomunicação – código “Q”; Códigos reconhecidos pelo Ministério de Ciências, tecnologia, Inovação e Comunicação no uso da linguagem de radiocomunicação; Legislação de rádio comunicação em geral e em emergências.
- ❖ Noções da malha viária e vias de acesso territorial: utilização de ferramentas digitais de localização geográfica; GPS e/ou mapas impressos.
- ❖ Ética profissional no uso da linguagem de radiocomunicação.

## REFERÊNCIAS

1. Apêndice 9 e Apêndice 11 da Norma 31/94. Disponível em: <[http://pp6pp.com.br/Norma31\\_94.pdf](http://pp6pp.com.br/Norma31_94.pdf)>. Acesso em: 03 maio 2017.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2048, de 05 de setembro de 2002. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 03 maio 2017.
3. DEVOLDERE, J.; DEMEULENEERE, M. Ética e procedimentos operacionais para radio amador. 3. ed. Junho de 2009. Disponível em: <[http://www.radioamadores.net/files/etica\\_operacional\\_v3.pdf](http://www.radioamadores.net/files/etica_operacional_v3.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2017.
4. Mapa Viário da Macro Centro Sul de MG. Disponível em: <<http://cisru.saude.mg.gov.br/area-de-atuacao/>>. Acesso em: 02 maio 2017.
5. Plano Diretor de Urgência e Emergência da Macro Centro Sul. Disponível em: <<http://cisru.saude.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/pdr.pdf>> ou <<http://cisru.saude.mg.gov.br/cisru/pdr>>. Acesso em: 02 maio 2017.

## **CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

- ❖ Compreensão e interpretação de textos.
- ❖ Gêneros e tipos de texto.
- ❖ Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais.
- ❖ Coesão e coerência textual.
- ❖ Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras.
- ❖ Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e nominal.
- ❖ Crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Variação linguística.

## REFERÊNCIAS

1. BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
2. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
3. EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
4. FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39. ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
5. FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
6. GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

7. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
8. NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
9. SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31. ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
10. SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

### **NORMAS DO SAMU**

- ❖ Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.

### **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\\_21\\_05\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- ❖ Organização e Estrutura do Estado, Governo e Administração.
- ❖ Conceito: Estado, Governo e Administração Pública.
- ❖ O Estado de Bem-Estar Social.
- ❖ Características da Administração Pública.
- ❖ Princípios aplicáveis a Administração Pública.
- ❖ Organização da Administração Pública Brasileira.
- ❖ Transparência e a Lei de Acesso à Informação.
- ❖ Qualidade na Administração Pública.
- ❖ Excelência nos Serviços Públicos.

### **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais.
2. BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. CRETELLA JR., J. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
4. GRANJEIRO, J. W. Administração Pública. Brasília: VESTCON, 2003.

5. LIMA, P. D. B. A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
6. MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
7. SOUZA, H. M. Critérios de Excelência em Modelos de Gestão de Qualidade em serviços públicos: uma análise comparativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97354/000919637.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS AUXILIAR ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

### **INFORMÁTICA**

- ❖ Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias.
- ❖ Ferramentas e aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

### **REFERÊNCIAS**

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
6. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
7. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
8. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

### **RACIOCÍNIO LÓGICO**

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.

### **REFERÊNCIAS**

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.

2. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
3. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.
4. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.

### **FUNÇÃO - AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

- ❖ Noções de arquivo.
- ❖ Departamentalização e Descentralização.
- ❖ Habilidades interpessoais.
- ❖ Atendimento ao cliente.
- ❖ Diversidade.
- ❖ Atitudes no trabalho.
- ❖ Satisfação no trabalho.
- ❖ Personalidade e valores.
- ❖ Trabalho em grupo.
- ❖ Trabalho em equipe.
- ❖ Comunicação interpessoal e organizacional
- ❖ Conflito.
- ❖ Negociação.
- ❖ Estrutura Organizacional.
- ❖ Processos Empresariais.
- ❖ Fluxogramas.
- ❖ Formulários.
- ❖ Análise e distribuição do trabalho.
- ❖ Manuais de organização.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos.
- ❖ Redação de documentos oficiais e textos empresariais
- ❖ Noções sobre a Constituição da república federativa do Brasil de 1988.
- ❖ Almoarifado e gestão de estoques

### **REFERÊNCIAS**

1. CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
2. DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.
3. GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
4. JAMESON, S. H. Administração de arquivos e documentação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.
5. MIRANDA, P. Administração de escritório na prática. Rio de Janeiro: Forum Editora Ltda, 1972.
6. PAOLESCHI, B. Almoarifado e gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2013.
7. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

### **FUNÇÃO - TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

- ❖ Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho na empresa.
- ❖ Órgãos e instituições relacionadas à segurança e saúde do trabalhador. Programas obrigatórios para as empresas.
- ❖ Higiene do Trabalho.
- ❖ Riscos ambientais.
- ❖ Avaliação e controle de agentes ambientais.



- ❖ Insalubridade.
- ❖ Riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos.
- ❖ Condições ambientais de trabalho.
- ❖ Ruído, temperatura, velocidade e umidade relativa do ar, e iluminação no posto de trabalho.
- ❖ Equipamentos, parâmetros e procedimentos de mensuração.
- ❖ Tecnologia e prevenção no combate a sinistro.
- ❖ Propriedade físico-química do fogo.
- ❖ O incêndio e suas causas.
- ❖ Classes de incêndio.
- ❖ Métodos de extinção.
- ❖ Agentes e aparelhos extintores.
- ❖ Extintores de incêndio.
- ❖ Sistemas de prevenção e combate a incêndios.
- ❖ Brigadas de incêndio.
- ❖ Planos e brigadas de emergência.
- ❖ Segurança do Trabalho: Legislação e normatização.
- ❖ Acidentes de trabalho.
- ❖ Conceito técnico e legal.
- ❖ Riscos e causas de acidentes do trabalho.
- ❖ Análise de acidentes.
- ❖ Comunicação e registro de acidentes de trabalho.
- ❖ Definições de atos e condições ambientes de insegurança.
- ❖ Investigação das causas de acidentes.
- ❖ Estatísticas de acidentes.
- ❖ Prevenção de acidentes de trabalho.
- ❖ Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- ❖ Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).
- ❖ Inspeção de segurança.
- ❖ CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Campanhas de prevenção e SIPATs.
- ❖ Elaboração do PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- ❖ Estudo de riscos.
- ❖ Mapeamento de riscos.
- ❖ Análise de riscos.
- ❖ Programa de prevenção e controle de perdas em empresas.
- ❖ Controle de perdas e perícias trabalhistas.
- ❖ Responsabilidade civil e criminal.
- ❖ Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.
- ❖ Medicina do Trabalho na empresa.
- ❖ Fisiologia humana.
- ❖ Toxicologia.
- ❖ Doenças profissionais e doenças relacionadas com o trabalho.
- ❖ Agentes causadores de doenças – físicos, biológicos, químicos e ergonômicos. Elaboração do PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).
- ❖ Ergonomia. Princípios da Ergonomia. A aplicabilidade da Ergonomia. Ergonomia e prevenção de acidentes. Atividades musculares. Posturas e movimentos. Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais.
- ❖ Proteção ambiental. Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar e da água. Controle de resíduos e reciclagem.
- ❖ Estatística aplicada à Saúde do trabalhador.

- ❖ Qualidade e Excelência no Gerenciamento dos Serviços de Medicina e Segurança do trabalho.
- ❖ Administração e legislação aplicada à segurança e saúde do trabalhador, em especial: Constituição Federal (1988): Título II, Capítulo II “Dos Direitos Sociais”, Artigo 7º. Constituição Federal (1988): Título VIII, Capítulo II “Da Seguridade Social”, Artigos 196 e 200. CLT (Consolidação das Leis do Trabalho): Título II, Capítulo V “Da Segurança e Medicina do Trabalho”, Artigos 154 a 223. Convenções da OIT (Organização Internacional do trabalho): nº 155, 162, 167 e 170.
- ❖ Portaria 3214/78: Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego): NRs 1 a 12, 15 a 18, 20ª 21, 23 a 28, 32 e 35.
- ❖ Manual de Aplicação da NR17.
- ❖ Legislação Previdenciária: Leis 8.213/91 e Decreto N. 3.048, de 06/05/99. NTEP e SAT.
- ❖ Norma Operacional de Saúde do Trabalhador (NOST): Portaria MS nº 3.908, de 30/10/98 e.
- ❖ Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador do SUS: Portaria MS nº 3.120, de 01/07/98.
- ❖ Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA.

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
2. BRASIL. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839945.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
3. BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. BRASIL. Portaria nº 3.120, de 1º de julho de 1998. Disponível em: <[http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria\\_3.120\\_12092014.pdf](http://ftp.medicina.ufmg.br/osat/legislacao/Portaria_3.120_12092014.pdf)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.908, de 30 de outubro de 1998. Estabelece procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3908\\_30\\_10\\_1998.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3908_30_10_1998.html)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
6. BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
7. BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Constituição da República Federativa do Brasil. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara BRASÍLIA. 51. ed. Brasília: CN, 2017. Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/direito-e-justica/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-livro-923.html>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
8. CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Ministério do Trabalho e Emprego. Edição e Distribuição Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). 62 p. Brasília, 2002.
9. LANZA, M. B. F. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. Avaliação e Controle dos Riscos Ambientais. 6. ed. São Paulo: Editora LTr, 2014.

10. MANUAL DE APLICAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA NR 17. 2. ed. Brasília: DF, 2002.
11. MANUAL NTEP E FAP. Nexó técnico epidemiológico previdenciário (NTEP) e suas implicações na composição do fator acidentário de prevenção (FAP). Brasília, 2011.

## NÍVEL SUPERIOR

### CONHECIMENTOS GERAIS PARA CARGOS ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO E MÉDICO

#### LÍNGUA PORTUGUESA

- ❖ Leitura e interpretação de texto.
- ❖ Sinônimos e antônimos.
- ❖ Concordâncias verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e regência nominal.
- ❖ Uso do sinal indicativo de crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Vocabulário, conotação e denotação, paráfrase e polissemia.
- ❖ Coesão e coerência textuais.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Paragrafação.

#### REFERÊNCIAS

1. ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N.; FADEL, T. Português: Contexto, Interlocução e Sentido. Volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Moderna, 2013.
2. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português Linguagens Volumes I, 2 e 3. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
3. CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.
4. CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
5. EMEDIATO, W. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
6. FARACO, C. A. Português: Língua e Cultura. Volumes 1,2 e 3. Curitiba: Base Editorial, 2013.
7. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
8. KOCH, I. G. V. A Coesão textual. São Paulo: Contexto, 2000.
9. Manual da nova ortografia Editora Ática e Scipione. O que muda com o acordo ortográfico. Disponível em: [www.g1.com.br](http://www.g1.com.br).
10. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
11. NOGUEIRA, S. Ortografia. São Paulo: Rocco, 2009.

#### INFORMÁTICA

- ❖ Noções de Internet e intranet.
- ❖ Ferramentas de buscas.
- ❖ Utilizando software antivírus.

- ❖ E-mail, site, homepage, browsers ou navegadores;
- ❖ Prática de envio e recebimento de e-mails.
- ❖ Segurança para microcomputadores: tipos de ameaças.
- ❖ Técnicas e mecanismos de prevenção, detecção e remoção.
- ❖ Aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).
- ❖ Conceitos de Hardware e Software: conhecimentos básicos.
- ❖ Memória.
- ❖ Unidades de armazenamento.
- ❖ Dispositivos de entrada e saída.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

## **REFERÊNCIAS**

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. SILVA, M. G. Informática – Terminologia – Microsoft Windows 8 – Internet – Segurança – Microsoft Word 2010 – Microsoft Excel 2010 – Microsoft PowerPoint 2010 – Microsoft Access 2010. São Paulo.
6. TORRES, G. Redes de Computadores - Versão Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro: Novaterra, 2009.
7. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
8. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
9. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
10. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.
- ❖ Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- ❖ Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.
- ❖ Estatística: Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos) e medidas de tendência central (média, modal e mediana).

## REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. FILHO, E. A. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002.
3. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.
4. GOLDSTEIN, L. J; LAY, C, D; SCHNEIDER, D. I.; ASMAR, N. H. Matemática aplicada, economia, administração e contabilidade. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
5. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9. ed. 2013.
6. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO E MÉDICO**

### **NORMAS DO SAMU**

- ❖ Portaria nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
- ❖ Resolução SES nº 4.448 de 20 de agosto de 2014. Altera o Anexo I da Resolução SES/MG nº 2.607, de 07 de dezembro de 2010, que aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais.

### **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria nº 3.125, de 07 de dezembro de 2006. Institui o Programa de Qualificação da Atenção Hospitalar de Urgência no Sistema Único de Saúde - Programa QualiSUS e define competências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt3125\\_07\\_12\\_2006.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt3125_07_12_2006.html)>. Acesso em: 27 maio 2017.
3. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS, 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\\_21\\_05\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
4. MINAS GERAIS. Resolução SES Nº 2.607, de 7 de dezembro de 2010. Aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=13246-resolucao-ses-n-2-603-de-7-de-dezembro-de-2010](http://www.saude.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=13246-resolucao-ses-n-2-603-de-7-de-dezembro-de-2010)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. MINAS GERAIS. Resolução SES nº 4.448 de 20 de agosto de 2014. Altera o Anexo I da Resolução SES/MG nº 2.607, de 07 de dezembro de 2010, que aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/resolu%C3%A7%C3%A3o\\_4448.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/resolu%C3%A7%C3%A3o_4448.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2017.



## **SAÚDE PÚBLICA**

- ❖ Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios fundamentais, Diretrizes.
- ❖ Política de Humanização do SUS.
- ❖ Organização da Urgência e emergência.
- ❖ Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais.

## **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
3. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2017.
4. MINAS GERAIS. Plano Diretor de Regionalização de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias\\_e\\_eventos/000\\_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2016/Livro%20Plano%20Diretor%20de%20Regionalizacao%20-%20PDR-SUS-MG.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2017.

## **FUNÇÃO - ENFERMEIRO**

- ❖ Atendimento Pré-Hospitalar e Hospitalar do Politraumatizado: identificação das prioridades terapêuticas. Epidemiologia do trauma. Histórias do trauma. Avaliação do coma.
- ❖ Fundamentos básicos: mediadores humorais, resposta celular e alterações metabólicas no trauma, hipovolemia e sepses. Considerações farmacológicas no choque.
- ❖ Choque hipovolêmico e ressuscitação hidroeletrólítica.
- ❖ Falência metabólica. Prevenção do trauma.
- ❖ Cinemática do trauma.
- ❖ Primeiro atendimento: ABCDE do trauma.
- ❖ Manejo das vias aéreas no paciente politraumatizado.
- ❖ Trauma torácico
- ❖ Trauma abdominal.
- ❖ Trauma crânio-encefálico.
- ❖ Trauma de coluna.
- ❖ Trauma musculoesquelético.
- ❖ Agentes físico-químicos e trauma.
- ❖ Trauma na criança.
- ❖ Trauma no idoso.
- ❖ Trauma com múltiplas vítimas: triagem e prioridade de atendimento e transporte. Gravidez e trauma.
- ❖ Trauma de face e pescoço.
- ❖ Trauma de pelve.
- ❖ Distúrbios metabólicos e Atendimento Pré-Hospitalar: diabete mellitus, distúrbios acidobásicos, doenças da tireoide.

- ❖ Doenças cardiovasculares e Atendimento Pré-Hospitalar: sintomas mais comuns, insuficiência cardíaca, arritmias, cardiopatia isquêmica, hipertensão arterial sistêmica.
- ❖ Doenças neurológicas e Atendimento Pré-Hospitalar: acidente vascular cerebral, meningoencefalite, demência, coma - Escala de Glasgow.
- ❖ Doenças psiquiátricas e Atendimento Pré-Hospitalar: depressão, ansiedade, dependências químicas.
- ❖ Atendimento Pré-Hospitalar Fixo: as urgências e emergências e a atenção primária à saúde e o Programa de Saúde da Família; unidades não hospitalares de atendimento às urgências e emergências.
- ❖ Atendimento Pré-Hospitalar Móvel: definições e regulamentação atual.
- ❖ Definição dos veículos de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.
- ❖ Eletrocardiograma e Arritmias cardíacas.
- ❖ Código de Ética dos profissionais de Enfermagem.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.
- ❖ Protocolo de Suporte Básico (PSBV) 2014.
- ❖ Protocolo de Suporte Avançado (PSAV) 2014.
- ❖ PHTLS Básico e Avançado.

## REFERÊNCIAS

1. AHA (*American Heart Association*) - Guidelines PCR 2015 – Destaque das diretrizes da *American Heart Association* 2015 para RCP (Reanimação Cardiopulmonar).
1. BRASIL. Portaria MS/GM nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS, 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\\_21\\_05\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html)>. Acesso em 30 ago. 2016.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo SAMU 192. Protocolo de Suporte Básico e Avançado de Vida. Brasília. Agosto/2014. Revisado set. 2016. Disponível em: <<http://www.samu.fortaleza.ce.gov.br/index.php/repositorio-institucional/download/13-guias-e-manuais-tecnicos/87-protocolos-de-intervencao-sbv>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM– COFEN. Resolução nº 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao\\_311\\_anexo.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2017.
5. DUBIN, D. B., LINDNER, U. K. Interpretação fácil do ECG. 6. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.
6. MELO, M. C. *et al.* Urgência e Emergência Pré-Hospitalar. Belo Horizonte: Folium, 2009.
7. MINAS GERAIS. Resolução SES nº 2.607, de 7 de dezembro de 2010. Aprova as normas gerais para implantação das Redes Regionais de Urgência e Emergência no Estado de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/resolucao\\_%202607.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/resolucao_%202607.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
8. MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

9. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado / Comitê do PHTLS da *National Association of Emergency Medical Technicians* (NAEMT) em colaboração com o colégio americano de Cirurgiões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
10. RESOLUÇÃO COFEN Nº 375/2011: Dispõe sobre a presença do Enfermeiro no Atendimento Pré-hospitalar e Inter-hospitalar, em situação de risco conhecido ou desconhecido.
11. SMELTZER, Suzanne C. *et al.* Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 10. ed. 4v. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

## **FUNÇÃO - FARMACÊUTICO**

- ❖ Código de ética da profissão farmacêutica.
- ❖ Seleção e padronização de medicamentos e correlatos.
- ❖ Sistemas de dispensação de medicamentos.
- ❖ Farmácia hospitalar e controle de infecções hospitalares.
- ❖ Cálculos farmacêuticos.
- ❖ Farmacoterapia da dor e da inflamação.
- ❖ Farmacoterapia do sistema respiratório.
- ❖ Farmacoterapia do sistema digestivo.
- ❖ Farmacoterapia dos processos infecciosos.
- ❖ Farmacoterapia das doenças cardiovasculares.
- ❖ Fármacos que atuam no sistema nervoso autônomo, central e periférico.
- ❖ Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
- ❖ Interações medicamentosas.
- ❖ Farmacocinética clínica.
- ❖ Farmacovigilância.
- ❖ Farmácia clínica e atenção farmacêutica.
- ❖ Assistência Farmacêutica em Unidades de Terapia Intensiva.
- ❖ Comissões multidisciplinares.

## **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013. Aprova os Protocolos Básicos de Segurança do Paciente. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.
2. BRASIL. RDC nº 7, 24 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-7-de-24-de-fevereiro-de-2010>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
3. BRASIL. Portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283\\_30\\_12\\_2010.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. BRASIL. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Ementa: Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
5. BRASIL. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014. Ementa: Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
6. FUCHS, F. D.; WANMACHER, L. Farmacologia Clínica: fundamentos da Terapêutica Racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

7. GOMES M. J. V. M.; REIS A. M. M. Ciências Farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. Editora Atheneu, 2006.
8. SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. Medicamentos na Prática da Farmácia Clínica, 2013.
9. STORPIRTIS, S. *et al.* Ciências Farmacêuticas. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

## **FUNÇÃO - MÉDICO**

- ❖ Legislação do Exercício Profissional e Ética Médica.
- ❖ Técnicas relacionadas à Regulação Médica: Estrutura e funcionamento das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
- ❖ Emergências relacionadas ao paciente grave: Diretrizes de 2015 da *American Heart Association* (AHA) para Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e Atendimento Cardiovascular de Emergência (ACE); Tipos de Choque; Suporte hemodinâmico; Reposição volêmica; Drogas vasoativas; Analgesia e sedação para procedimentos; Insuficiência respiratória aguda e intubação orotraqueal, síndrome do desconforto respiratório agudo, Crises de asma, exacerbação da doença pulmonar obstrutiva crônica, tromboembolia pulmonar; Doenças cardiovasculares, urgências cardiológicas; infarto agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca; arritmias; cardiopatia isquêmica, bradiaritmias, taquicardias, hipotensão, sepse, insuficiência cardíaca congestiva, anafilaxia, pressão intracraniana, coma, insuficiência renal aguda, Ventilação mecânica; Cateterização venosa central; Dissecção venosa; Oxigenioterapia; Síncope, vertigem e tontura; Crise epiléptica; Cetoacidose diabética; Hipoglicemia e hiperglicemia; Hipertensão Arterial, Cefaleia; Hemoptise; hipotermia, hipertermia, afogamento, cardioversão elétrica, distúrbios do equilíbrio acidobásico, acidente vascular cerebral; Intoxicações exógenas agudas; Emergências Clínicas; Suporte Básico de Vida; Suporte Avançado de Vida.
- ❖ Emergências relacionadas ao trauma: traumatismos não-intencionais; trauma com múltiplas vítimas; triagem, prioridade de atendimento e transporte; primeiro atendimento: ABCDE do trauma; avaliação do coma; cinemática do trauma; manejo das vias aéreas e ventilação no paciente politraumatizado; Ressuscitação hidroeletrólítica; Traumas: torácico, abdominal, cranioencefálico, vertebromedular, músculo-esquelético, de face e pescoço, da pelve; partes moles, genitourinário, anorretal, vascular, fraturas expostas, fraturas de coluna, de membros, trauma na gravidez, pediátrico e no idoso; Lesões provocadas por queimaduras e frio.
- ❖ Emergências relacionadas a pediatria: acidentes; asma aguda; insuficiências respiratórias, distúrbios hidroeletrólíticos e acidobásicos; meningites; crises convulsivas; dor abdominal aguda; parada cardiorrespiratória.
- ❖ Emergências psiquiátricas: transtornos psicóticos, agitação psicomotora, tentativa de suicídio; surtos; Abuso de álcool, opioides, cocaína e derivados, drogas sintéticas; Síndrome de abstinência.
- ❖ Emergências obstétricas e ginecológicas: doença hipertensiva da gravidez; parto de emergência, abortos; pós-parto, infecções, sangramento de origem ginecológica.
- ❖ Emergências cirúrgicas não relacionadas a trauma: disfagia e corpo estranho, hemorragias digestivas; Trombose venosa profunda;
- ❖ Injúrias ambientais: queimaduras, acidentes ofídicos, picadas de insetos, aranhas e escorpiões, acidentes provocados por animais aquáticos, peçonhentos e traumatizantes. Conhecimentos sobre equipamentos de proteção individual - EPIs; reconhecer o uso de equipamentos de segurança e higiene do trabalho.
- ❖ Manual de Capacitação SAMU.
- ❖ Protocolo de Suporte Básico (PSBV) 2016
- ❖ Protocolo de Suporte Avançado (PSAV) 2016

❖ PHTLS Básico e Avançado

## REFERÊNCIAS

2. AHA (*American Heart Association*) - Guidelines PCR 2015 – Destaque das diretrizes da *American Heart Association* 2015 para RCP & ECC. Disponível em: <<https://eccguidelines.heart.org>>. Acesso em: 26 abr. 2017.
3. ATLS - ADVANCED TRAUMA LIFE SUPPORT. Student Course Manual American College of Surgeons. 9. ed. Copyright, 2012.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências / Ministério da Saúde. 3. ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. (Série E. Legislação de Saúde) ISBN 85-334-1166-9 1. Serviços médicos de emergência. 2. Legislação de saúde. I. Título. II. Série. Disponível em: <[www.saude.gov.br/Samu](http://www.saude.gov.br/Samu)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Regulação médica das urgências / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 126 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) ISBN 85-334-1062-X 1. Medicina de emergência. 2. Socorro de urgência. 3. SUS. I. Título. II. Série. Disponível em: <[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo SAMU 192. Protocolo de Suporte Básico e Avançado de Vida. Brasília. Agosto/2014. Revisado set. 2016.  
<http://www.samu.fortaleza.ce.gov.br/index.php/repositorio-institucional/download/13-guias-e-manuais-tecnicos/87-protocolos-de-intervencao-sbv>. Acesso em: 01 jun. 2017.
7. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990 e suas alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso 26 abr. 2017.
8. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
9. BRASIL. Portaria nº 2.657/GM/MS, de 16 de novembro de 2004, que estabelece as atribuições das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).
10. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CFM. Código de ética médica. Resolução CFM nº 1931, de 17 de setembro de 2009. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2009/1931\\_2009.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2009/1931_2009.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
11. PHTLS. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado / Comitê do PHTLS da *National Association of Emergency Medical Technicians* (NAEMT) em colaboração com o colégio americano de Cirurgiões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
12. MINAS GERAIS. Manual de Capacitação SAMU. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/16786317/Apostila-do-SAMU-de-Minas-gerais>>. Acesso em: 26 abr. 2017.



**CONTEÚDO GERAL PARA CARGOS ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E PSICÓLOGO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

- ❖ Leitura e interpretação de texto.
- ❖ Emprego das classes de palavras.
- ❖ Sinônimos e antônimos.
- ❖ Concordâncias verbal e nominal.
- ❖ Regência verbal e regência nominal.
- ❖ Uso do sinal indicativo de crase.
- ❖ Colocação pronominal.
- ❖ Estrutura da oração e do período.
- ❖ Coordenação e subordinação.
- ❖ Vocabulário, conotação e denotação, paráfrase e polissemia.
- ❖ Coesão e coerência textuais.
- ❖ Ortografia.
- ❖ Acentuação gráfica.
- ❖ Pontuação.
- ❖ Paragrafação.
- ❖ Gêneros e tipos textuais.

**REFERÊNCIAS**

1. ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N.; FADEL, T. Português: Contexto, Interlocução e Sentido. Volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Moderna, 2013.
2. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português Linguagens. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2013.
3. CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.
4. CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
5. EMEDIATO, W. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
6. FARACO, C. A. Português: Língua e Cultura. Volumes 1, 2 e 3. Curitiba: Base Editorial, 2013.
7. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
8. KOCH, I. G. V. A Coesão textual. São Paulo: Contexto, 2000.
9. Manual da nova ortografia Editora Ática e Scipione. O que muda com o acordo ortográfico.
10. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
11. NOGUEIRA, S. Ortografia. São Paulo: Rocco, 2009.

**NORMAS DO SAMU**

- ❖ Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
- ❖ Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012 - Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.

## **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Portaria Federal nº 1.010/GM/MS 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010\\_21\\_05\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- ❖ Organização e Estrutura do Estado, Governo e Administração.
- ❖ Conceito: Estado, Governo e Administração Pública.
- ❖ O Estado de Bem-Estar Social.
- ❖ Características da Administração Pública.
- ❖ Princípios aplicáveis a Administração Pública.
- ❖ Organização da Administração Pública Brasileira.
- ❖ Transparência e a Lei de Acesso à Informação.
- ❖ Qualidade na Administração Pública.
- ❖ Excelência nos Serviços Públicos.

## **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. BRASIL. Constituição Federal/1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais.
3. CRETILLA JR., J. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
4. GRANJEIRO, J. W. Administração Pública. Brasília: VESTCON, 2003.
5. LIMA, P. D. B. A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
6. MATIAS-PEREIRA, J. Manual de Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
7. SOUZA, H. M. *et al.* Critérios de Excelência em Modelos de Gestão de Qualidade em serviços públicos: Uma análise comparativa. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97354/000919637.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

## **CONTEÚDO ESPECÍFICO PARA CARGOS ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E PSICÓLOGO**

## **INFORMÁTICA**

- ❖ Noções de Internet e intranet.
- ❖ Ferramentas de buscas.
- ❖ Utilizando software antivírus.

- ❖ E-mail, site, homepage, browsers ou navegadores;
- ❖ Prática de envio e recebimento de e-mails.
- ❖ Segurança para microcomputadores: tipos de ameaças.
- ❖ Técnicas e mecanismos de prevenção, detecção e remoção.
- ❖ Aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).
- ❖ Conceitos de Hardware e Software: conhecimentos básicos.
- ❖ Memória.
- ❖ Unidades de armazenamento.
- ❖ Dispositivos de entrada e saída.
- ❖ Noções básicas sobre o Microsoft Windows 7 e do Microsoft Office 2010.

## **REFERÊNCIAS**

1. MANZANO, A. L. N. G.; TAKA, C. E. M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7, Ultimate. São Paulo: Érica, 2010.
2. MANZANO, A. L. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2010.
3. MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2010. São Paulo: Érica, 2010.
4. MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010.
5. SILVA, M. G. Informática – Terminologia – Microsoft Windows 8 – Internet – Segurança – Microsoft Word 2010 – Microsoft Excel 2010 – Microsoft PowerPoint 2010 – Microsoft Access 2010. São Paulo
6. TORRES, G. Redes de Computadores - Versão Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro: Novaterra. 2009.
7. Ajuda online do Sistema Operacional Windows 7.
8. Ajuda online do Microsoft Word 2010.
9. Ajuda online do Microsoft Excel 2010.
10. Ajuda online do Microsoft PowerPoint 2010.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

- ❖ Noções básicas da lógica matemática: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, problemas com tabelas e argumentação.
- ❖ Linguagem dos conjuntos: o conjunto dos números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nesses conjuntos.
- ❖ Números decimais.
- ❖ Valor absoluto.
- ❖ Propriedades no conjunto dos números naturais.
- ❖ Decomposição de um número natural em fatores primos.
- ❖ Múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois números naturais. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.
- ❖ Sequências (com números, com figuras, de palavras).
- ❖ Análise combinatória e probabilidade.
- ❖ Problemas envolvendo raciocínio lógico.
- ❖ Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- ❖ Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

- ❖ Estatística: Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos) e medidas de tendência central (média, modal e mediana).

## REFERÊNCIAS

1. DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática. 2011.
2. FILHO, E. A.; Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 2002.
3. GARDNER, M. Divertimentos Matemáticos. Ibrasa. 4. ed. 2013.
4. GOLDSTEIN, L. J. *et al.* Matemática aplicada, economia, administração e contabilidade. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
5. IEZZI e outros. Coleção fundamentos de matemática elementar. Atual. 9ª. ed. 2013.
6. IEZZI e outros. Matemática 2º Grau. Atual. 6. ed. 2015.

## **FUNÇÃO - ANALISTA ADMINISTRATIVO**

- ❖ Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização
- ❖ Assertividade nas relações interpessoais.
- ❖ Departamentalização e Descentralização.
- ❖ Habilidades interpessoais.
- ❖ Atendimento ao cliente.
- ❖ Diversidade.
- ❖ Atitudes no trabalho.
- ❖ Satisfação no trabalho.
- ❖ Liderança em organizações
- ❖ Tomada de decisão.
- ❖ Teorias de Gestão Estratégica.
- ❖ Ferramentas Básicas da Gestão da qualidade
- ❖ Personalidade e valores.
- ❖ Trabalho em grupo.
- ❖ Trabalho em equipe.
- ❖ Comunicação interpessoal e organizacional
- ❖ Conflito.
- ❖ Negociação.
- ❖ Estrutura Organizacional.
- ❖ Processos Empresariais.
- ❖ Análise do ambiente externo da organização: ameaças e oportunidades
- ❖ Fluxogramas.
- ❖ Análise e distribuição do trabalho.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos: treinamento e desenvolvimento, recrutamento de seleção, sistemas de avaliação de desempenho.
- ❖ Planejamento estratégico – Balanced Scorecard
- ❖ Planejamento estratégico situacional.
- ❖ Métricas e gestão de indicadores.
- ❖ Administração de Pessoal.

- ❖ Redação de documentos oficiais e textos empresariais
- ❖ Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- ❖ Processo Licitatório.
- ❖ Almoxarifado e gestão de estoque.
- ❖ Noções de finanças e contabilidade.

## REFERÊNCIAS

1. ALBERT, R. E.; EMMONS, M. L. Comportamento Assertivo: um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
2. BERGAMINI, C. W. Liderança: administração do sentido. São Paulo: Atlas, 1994.
3. BOHLANDER, G. W.; SNELL, S.; SHERMAN, A. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
4. BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
5. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Disponível em:  
<<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
6. CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
7. DAFT, R. L. Organizações: teoria e projetos. São Paulo: Pioneira, 2002.
8. DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.
9. GOLD, Miriam. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
10. HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. Contabilidade Pública. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros\\_UEPB\\_053\\_2012/04-contabilidade%20p%20FABlica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/04-contabilidade%20p%20FABlica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
11. KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Mapas Estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
12. MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre. Bookman, 2000.
13. PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
14. PAOLESCHI, B. Almoxarifado e gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2013.
15. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. São Paulo: Campus, 2004.
16. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
17. WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. Administração Estratégica. Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<https://comexitape.files.wordpress.com/2013/02/wright-administrac3a7c3a3o-estratc3a9gica-01-introduc3a7c3a3o-c3a0-administrac3a7c3a3o-estratc3a9gica.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.

## **FUNÇÃO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

- ❖ Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização.
- ❖ Assertividade nas relações interpessoais.
- ❖ Departamentalização e Descentralização.



- ❖ Habilidades interpessoais.
- ❖ Atendimento ao cliente.
- ❖ Diversidade.
- ❖ Atitudes no trabalho.
- ❖ Satisfação no trabalho.
- ❖ Tomada de decisão.
- ❖ Teorias de Gestão Estratégica
- ❖ Personalidade e valores.
- ❖ Trabalho em grupo.
- ❖ Trabalho em equipe.
- ❖ Comunicação interpessoal e organizacional
- ❖ Conflito.
- ❖ Negociação.
- ❖ Estrutura Organizacional.
- ❖ Processos Empresariais.
- ❖ Fluxogramas.
- ❖ Análise e distribuição do trabalho.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos.
- ❖ Administração de Pessoal.
- ❖ Redação de documentos oficiais e textos empresariais
- ❖ Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- ❖ Processo Licitatório
- ❖ Almoxarifado e gestão de estoques.
- ❖ Noções de finanças e contabilidade.
- ❖ Políticas e práticas de Recursos Humanos: treinamento e desenvolvimento, recrutamento de seleção, sistemas de avaliação de desempenho

## REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2017.
2. ALBERT, R. E., EMMONS, M. L. Comportamento Assertivo: um guia de auto-expressão. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
3. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Disponível em  
<<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
4. BOHLANDER, G. W.; SNELL, S.; SHERMAN, A. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
5. BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos de comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 2004.
6. CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
7. DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.
8. GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

9. HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. Contabilidade Pública. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros\\_UEPB\\_053\\_2012/04-contabilidade%20p%20FAblica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/04-contabilidade%20p%20FAblica/Livro%20contabilidade%20publica.pdf)>. Acesso em: 1º jun. 2017.
10. PORTER, M. E. Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. São Paulo: Campus, 2004.
11. PAOLESCHI, B. Almoxarifado e gestão de Estoques. Do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. 2. ed. Saraiva. São Paulo, 2013.
12. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

## **FUNÇÃO - PSICÓLOGO**

- ❖ Os diferentes métodos de observação do comportamento humano.
- ❖ O conceito de saúde como fenômeno multideterminado.
- ❖ Modalidades de intervenção em Psicologia da Saúde.
- ❖ Perspectivas em Psicologia da Saúde.
- ❖ Comportamentos relacionados à Saúde.
- ❖ O processo de avaliação psicológica como base para a intervenção profissional em saúde; Influências sociais e ambientais sobre a saúde.
- ❖ Código de ética do psicólogo.
- ❖ Psicologia e gestão de pessoas em organizações.
- ❖ Psicologia Social.
- ❖ Processo grupal.
- ❖ Psicologia e Teorias da Personalidade.

## **REFERÊNCIAS**

1. ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Orgs.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p.35-50.
2. AZEVEDO, M. A. Recrutamento e seleção: orientação para a saúde mental. Cadernos de Psicologia, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 47-60, 1994.
3. BASTOS, A. V. B. A Psicologia no contexto das organizações: tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.) Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços. Campinas: Alínea, 2005, p. 135-204.
4. BORGES-ANDRADE, J. E.; PAGOTTO, C. do P. O estado da arte da pesquisa brasileira em Psicologia do trabalho e organizacional. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.26, n. especial, 2010. p. 37-50,
5. CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
6. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Código de ética profissional do Psicólogo. Brasília: CFP. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/crp/arquivos/334.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
7. DAVEL, E.; VERGARA, S. C. Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. In: DAVE, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.). Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2008. p. 31-56.
8. FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Org.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002. p. 11-34.
9. HELOANI, R.; MACÊDO, K. B.; CASSIOLATO, R. O exercício da profissão: características gerais da inserção profissional do psicólogo. In: BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. (Orgs.). O trabalho do psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 107-130.

10. ISMAEL, S. M. C. A prática psicológica e sua interface com as doenças. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
11. JACQUES, M. da G. “Doença dos nervos”: uma expressão da relação entre saúde/doença mental. In: JACQUES, M. da G.; CODO, W. (Orgs.). Saúde mental e trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 98-111.
12. MARTINS, S. T. F. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar sentir em Sílvia Lane. *Psicol. Soc.*, v.19, n.spe 2, p.76-80, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>>. Acesso em: 1º jun. 2017.
13. ROMANO, B. W. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
14. ZANELLI, J. C.; SILVA, N. Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.